

**SOCIEDADE DE ENSINO E REABILITAÇÃO ROSA AZUL: MEMÓRIAS DA  
EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SERGIPE (1979- 1999)**

Walna Patrícia de Oliveira Andrade

Universidade Federal de Sergipe – UFS

walnaandrade77@gmail.com

Joelza de Oliveira Santos

Universidade Federal de Sergipe – UFS

joelza\_oliveira@hotmail.com

## **INTRODUÇÃO**

A possibilidade de educação de qualidade para todos, sem nenhuma forma de distinção é a própria natureza de um sistema de educação democrático, que busca ênfase no aluno, na sua cidadania, que se constitui através de uma formação integral, entendida como uma socialização competente para a participação na vida social e uma qualificação para o trabalho, como produção das condições gerais de existência humana. Porém, historicamente foi sendo constituído um processo de exclusão e após, de exclusão institucionalizada, principalmente no que diz respeito às pessoas com algum tipo de deficiência. Neste contexto, as ações daqueles que visavam reverter esse processo, foi um mecanismo de luta contra os preconceitos dos que não eram capazes de aceitar as diferenças.

Partindo-se deste princípio, conhecer a história da Sociedade de Ensino e Reabilitação Rosa azul, fundada pela terapeuta ocupacional americana Carolyn Estella Chase Freire de Carvalho, instituição que tem grande experiência na área assistencial e educacional junto as pessoas com deficiência; descobrindo as perspectivas, caminhos, descaminhos e contribuições no âmbito socioeducativo, além de enriquecer a historiografia educacional, ajudará a entender melhor como todo esse processo de educação institucionalizada se constituiu.

O objetivo principal desse trabalho foi investigar as contribuições socioeducativas da Sociedade de Ensino e Reabilitação Rosa Azul quanto ao seu trabalho junto às pessoas com deficiência e os objetivos específicos foram identificar os motivos iniciais que

levaram a fundação dessa instituição; conhecer a clientela atendida ao longo do tempo quanto ao aspecto social, econômico, tipos de deficiência e analisar as práticas educacionais que nortearam o trabalho realizado na instituição.

Sendo a educação um direito de todos, sem distinções e considerando as buscas incessantes para validar esse direito um mecanismo contra a exclusão social, nos motivamos em investigar a trajetória da Sociedade de Ensino e Reabilitação Rosa Azul, da sua fundação até o ano de 1999, ano no qual a mesma foi extinta. Como se deu a fundação de uma instituição que foi uma das pioneiras da Educação Especial em Sergipe? Por que sua fundadora decidiu enveredar por esse caminho? O que buscava? Como era a prática pedagógica desenvolvida nessa instituição? Essas são inquietações que necessitam não apenas de reflexões, mas, e principalmente, de investigações para elucidá-las.

Para tanto, essa pesquisa foi realizada por meio de um estudo documental, realizado através da análise de diversos documentos como artigos de jornais, regimento e atas, além de um levantamento bibliográfico de fontes já analisadas e publicadas através de escritos ou eletrônicos, como livros e artigos científicos. A pesquisa também foi constituída por meio da história oral, através das narrativas obtidas em entrevistas. Como de acordo com Alberti (2019), a entrevista da história oral nos acena para a possibilidade de uma ilusão em reviver o passado pela experiência do entrevistado, os dados relacionados as narrações dos colaboradores além de se apoiaram em teorias e hipóteses de interesse à pesquisa, foram cruzadas com outras fontes para comprovar a sua aproximação com a realidade retratada. Foram analisadas as categorias presentes: apropriação, representação e prática, utilizando como aporte teórico Chartier (1988). Constatou-se que por tudo o que fez e realizou ao longo de sua história, não é possível negar a importância dessa instituição na educação das pessoas com deficiência em Sergipe pela relevância de seu trabalho num período nos quais eram poucos os locais em que esse público poderia buscar algum tipo de educação formal.

## **CONHECENDO A INSTITUIÇÃO E SEU TRABALHO EDUCACIONAL**

A educação das crianças deficientes de acordo com Jannuzzi (2012), começou de maneira tímida e dentro de instituições, embasadas pelas ideias liberais que chegaram ao Brasil no fim do século XVIII e início do IX. Em Sergipe essa educação também teve início de forma institucionalizada, sendo uma das primeiras instituições a realizar práticas educacionais junto a essas pessoas a “Sociedade de Ensino e Reabilitação Rosa Azul”.

Essa instituição foi fundada em 09 de agosto de 1979 pela norte-americana Carolyn Chase Freire de Carvalho, nascida na Califórnia e formada em Terapia Ocupacional pela Boston University. Carol, como é conhecida, veio morar no Brasil através do programa Voluntários da Paz e foi direcionada pelo programa a trabalhar em uma instituição cujo nome era “Centro de Reabilitação Ninota Garcia” como terapeuta ocupacional, onde segundo ela, implantou o Serviço de Reabilitação Pediátrica. A fundação do Rosa Azul aconteceu após sua saída do Ninota Garcia. O nome “Rosa Azul” foi escolhido por causa de um poema que sua fundadora gostava muito e que comparava as crianças a rosas de várias cores, inclusive a rosa da cor azul. O poema também traz que “(...) a criança com deficiência é tão bonita quanto as outras crianças só que precisa de mais cuidado, é muito delicada” (CARVALHO, 2019).

As atividades da instituição foram iniciadas na Avenida João Ribeiro, Bairro Santo Antônio, Aracaju- SE, com 100 assistidos. Depois foi transferida para a Rua Francisco Portugal (1982) e Avenida Tancredo Neves em 1985, numa chácara alugada, conhecida como Chácara Asa Branca. No período em que a Rosa Azul funcionou nesse local, segundo Carvalho (2019), a instituição estava “a todo vapor”, havia um galpão com 8 salas de aula e trabalhavam nela aproximadamente vinte professores, a maioria cedidos pelo Estado. A maior parte das despesas eram supridas por meio de um convênio com a Legião Brasileira de Assistência - LBA.

A Rosa Azul já recebia pessoas com vários tipos de deficiência, entre elas a deficiência intelectual, auditiva e motora, mas Carvalho (2019), traz a informação de que “essas crianças eram misturadas com as outras, era uma escola para pessoas com deficiência, não se separava por tipo de deficiência” (CARVALHO, 2019). Os alunos com comportamento considerado mais grave, recebiam acompanhamento psicoterápico, visto que a instituição contava com psicólogos no seu quadro de funcionários. O “Rosa Azul” foi criado com uma proposta multidisciplinar de trabalho, para tanto, desde o início

de seu funcionamento contou com a participação de diferentes tipos de profissionais, tanto do campo da saúde como da educação. Entre esses existiam professores de educação física, pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, musicoterapeutas, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, entre outros.

O trabalho pedagógico desenvolvido na Rosa Azul, era realizado da mesma forma com todos, separados apenas por faixa etária. O que existia de diferente era um rodízio de professores idealizado por Carol, onde os alunos recebiam aulas de modo alternado, por matéria, sendo aulas principalmente de português, matemática, por meio de conhecimentos básicos e atividades psicomotoras, além do trabalho com as atividades de vida diária, buscando construir uma maior autonomia no cuidado com o próprio corpo. Carolyn traz que tentava inovar as práticas pedagógicas por meio das informações que obtinha com os contatos que mantinha nos Estados Unidos, porém recebia muita resistência do corpo docente, “(...) as professoras eram muito tradicionalistas” (CARVALHO, 2019). Contudo, afirma que por meio de vários treinamentos que foram realizados, aos poucos as professoras foram aprendendo técnicas consideradas mais modernas de ensino.

Uma vez eu trouxe uma terapeuta ocupacional americana, a Bárbara, na época ela fez uma sala como se fosse uma loja de sapato para incentivar a linguagem através de um cenário, você cria a sala, aí a gente tinha isso, eu tinha uma professora que hoje trabalha no CAPS Infantil que pegou muito treinamento com a gente, muita influência de começar a inserir novidades. Foi quando começamos a trabalhar a criança por inteiro, não era só matemática, no desenvolvimento a gente olhava a linguagem, olhava de modo geral (CARVALHO, 2019).

Com relação ao tipo de atividades realizadas, essas quando feitas no papel eram atividades mimeografadas, constituídas de material para pintar, para trabalhar a percepção visual, o trabalho com figura humana, “(...) eu trouxe material de percepção visual dos Estados Unidos, na época eram uns livros que eu tinha comprado e a gente trabalhava muito com isso, nessa época cada criança tinha o seu livro de percepção visual” (CARVALHO, 2019).

A instituição recebia professores da rede pública de ensino para atuarem junto aos seus alunos. Entre as primeiras professoras cedidas pelo Estado para trabalhar no “Rosa

Azul” estava a professora Maria da Conceição Santos de Almeida. Maria da Conceição foi trabalhar na instituição no ano de 1981, nessa época estava instalada na Avenida João Ribeiro e de acordo com ela, nesse período não existiam no local pessoas com deficiências muito diferentes, a maioria do público atendido tinha deficiência motora, principalmente oriunda da paralisia cerebral e que iam para fazer fisioterapia. Com o tempo, a instituição foi sendo conhecida pela sociedade e outras crianças começaram a chegar, muitas dessas tinham Síndrome de Down.

No período em que estavam na “Chácara Asa Branca” no ano de 1985, a professora Maria da Conceição considerava as instalações razoáveis, pois as salas eram adaptadas visto que era uma chácara e antes, neste espaço, existiam cocheiras. Contudo, ainda segundo ela, a área livre era muito espaçosa, muito ventilada. Lúcia Maria Oliveira, que nessa época era funcionária contratada pela instituição e trabalhava no setor administrativo confirma essas informações e complementa: “Eram seis salas abertas, tinha tido cavalos no lugar, aí Carol fez um muro e transformou em salas, tinha uma casa atrás que era a administração e outra mais à direita que era onde fazia fisioterapia” (OLIVEIRA, 2019), Lúcia também foi pedagoga na Associação de Pais e Amigos do Excepcional - APAE de Aracaju, antes de trabalhar na “Rosa Azul” e informa que o trabalho nas duas instituições eram bem parecidos.

Depois de pouco tempo trabalhando como docente, Conceição assumiu a função de coordenadora pedagógica na instituição e segundo ela eram poucos alunos por turma, no máximo entre 8 a 10 alunos e cada sala tinha a presença de uma professora e uma auxiliar, sendo que os alunos eram separados por idade e por deficiência. Nesse momento eram atendidos alunos com deficiência auditiva e intelectual e com relação as idades, Lúcia Maria informa que eram “(...) de zero até quando eles não queriam mais” (OLIVEIRA, 2019) e para os pequeninos (entre 0 à 4 anos de idade) existia um trabalho de estimulação precoce e estimulação essencial. Quanto a preparação dos professores para a atividade docente na educação especial, ela traz uma informação diferente das outras entrevistadas, de acordo com Conceição, nesse período a educação especial tinha pouca atenção do Estado no que se refere a cursos e que Carol trazia muitos profissionais dos Estados Unidos para dar essas capacitações. “Depois de um tempo é que o próprio Estado começou a investir muito em cursos, fazia direto na Barra dos Coqueiros, naquele

hotel...trazia profissionais da Bahia, do Rio...” (ALMEIDA, 2019).

Depois que assumiu a coordenação pedagógica da “Rosa Azul” Conceição ficou responsável quanto a orientação do planejamento e explica que o mesmo era realizado de acordo com os graus de deficiência, existindo uma separação entre as atividades destinadas aos alunos com deficiência intelectual leve, moderada ou severa. Quanto as atividades pedagógicas realizadas com os alunos, ainda segundo Conceição, eram voltadas para a aprendizagem de conteúdos envolvendo português e matemática, mas apenas os conceitos básicos, ela afirma, e exemplifica os mesmos como atividades com o nome, quantificação de elementos e que trabalhavam muito a parte de socialização e coordenação motora. Nota-se nesse relato uma tentativa de aproximação com os conteúdos trabalhados no ensino regular, o que confirma a afirmação de Chartier (1988), quando diz que as práticas não se objetivam e não são explicadas “(...) a partir de um motor único, mas a partir de todas as práticas afins sobre as quais se encontram fixadas” (CHARTIER, 1988, p. 65).

A instituição também levava os alunos para fazerem passeios ao shopping e a alguns eventos nos quais os mesmos faziam apresentações de capoeira ou quadrilha, na época junina, nesses momentos ela percebia o incômodo de algumas pessoas e outras vezes expressões indicativas de uma certa “pena”, pela condição de terem deficiência. Ela traz também que apesar dos cursos que os professores participavam, os mesmos seguiam muito a experiência prática que iam aprendendo no trato com os alunos e no que eles iam dando de devolutiva, “seguiam a intuição” (ALMEIDA, 2019), nos informa que esses cursos eram apenas direcionados aos professores cedidos da rede estadual e que quando ela iniciou na “Rosa Azul”, praticamente cem por cento dos professores eram cedidos da rede pública municipal ou estadual, contudo com o tempo isso foi diminuindo até acabar, além disso os cursos também foram ficando cada vez mais escassos. A entrevistada trabalhou na Rosa Azul até se aposentar, quando indagada sobre a maior dificuldade que passou no período que trabalhou lá, ela informa que era justamente o despreparo dos professores, mas para Lúcia Maria era a área financeira a que lhe causava maior preocupação pois, segundo ela, ocorreram momentos em que faltava tudo, até comida. As duas funcionárias da instituição tem percepções distintas de uma mesma realidade compartilhada, o que nos remete a Chartier (1988), quando nos traz que a apropriação se

fundamenta nas práticas específicas que a produzem. Desse modo, deve-se atentar para as condições e os processos que determinaram a operação de construção dos sentidos. Quando se analisa que Conceição trabalhava junto ao corpo pedagógico e Lúcia Maria junto ao administrativo, conseguimos ter uma noção dos processos que produziram esses diferentes discursos, entendendo o modo com que a realidade foi apropriada por ambas.

A instituição promovia muitos passeios para os alunos utilizando para deslocamento um ônibus cedido pela Secretaria de Justiça, sendo que o mesmo também era utilizado para o transporte dos alunos no percurso casa/instituição/casa, pois nessa época as famílias não levavam as crianças. De acordo com Carol esse ônibus foi utilizado até ser interditado, a pedido da própria instituição, pelo “Departamento de Trânsito de Sergipe- DETRAN”, pois o mesmo além de apresentar defeito constantemente, não era mais considerado seguro.

Mas foi uma grande mudança no comportamento porque as famílias pela primeira vez tiveram que trazer seus filhos para a entidade de ônibus, aí foi um grande movimento, depois a gente arranhou uma ‘Kombi’, mas os independentes teriam que vir de ônibus e passou alguns meses de frequência muito fraca, depois a família não queria ficar com eles em casa e começou a trazer, depois deixava no ponto de ônibus e começava a vim e descobriu que eles podiam vir sozinhos, grande descoberta das famílias (CARVALHO, 2019).

Essa situação de ter que aprender a utilizar o transporte público sozinhos naquele momento, para a entrevistada, ajudou muito na construção da autonomia dos alunos, mesmo tendo sido uma aprendizagem obtida de forma não planejada.

Quanto ao tempo de atendimento na instituição, os alunos estudavam meio período, pois apesar de conseguir oferecer lanche, o Rosa Azul não dispunha de cozinha e nem tinha como fornecer almoço, visto que traria ainda mais despesa. Mas mesmo ficando apenas um período, Carvalho (2019), acredita que muitos obtiveram avanços importantes, sendo que alguns conseguiram oportunidade no mercado de trabalho formal.

“Tem dois alunos desse período que trabalham no MacDonaldis, fico muito feliz quando os encontro lá, eles estão felizes também, se sentindo útil” (CARVALHO, 2019).

A sociedade da década de 1980, na percepção de Carol, não esperava muito das pessoas com deficiência e nos passeios promovidos pela instituição ela percebia que as pessoas não queriam ficar perto delas, “(...) ficavam olhando para trás, tinham reação. Hoje em dia a gente vai ao shopping e todo mundo acha ótimo, naquela época não recebíamos convite para visitar lugar nenhum” (CARVALHO, 2019). Vale ressaltar que quanto ao perfil socioeconômico dos alunos, não eram apenas pessoas carentes as atendidas, de acordo com a entrevistada, tinham muitos alunos da classe média, numa proporção de cinquenta por cento dos atendidos, pois essa parcela da população também dispunha de poucas alternativas para dar atendimento educacional para seus filhos com deficiência.

A gente era o único, eu não sei o que a APAE pensava da gente, mas a gente oferecia algo mais moderninho, mais ousado, mais avançado, sempre experimentando coisas novas, por ser muito procurada as pessoas viam uma possibilidade. Antes eles ficavam muito em casa, muitos só tinham atendimentos com médicos clínicos, talvez pediatras (CARVALHO, 2019).

Apesar da importância dos relatos dos entrevistados na construção da pesquisa, é importante atentar que as representações do mundo social, segundo Chartier (1988), embora aspirem a razão, são sempre determinados pelo interesse de quem as forjam. Nesse sentido, se fez imprescindível além do cruzamento das fontes, a análise de outros discursos proferidos.

Com relação as dificuldades enfrentadas no período, segundo Carol, a instituição sempre passou por muitos problemas financeiros, principalmente pelo fato de que as verbas recebidas oriundas do poder público não tinham regularidade. Esse fato trazia muitos problemas pois os gastos mensais eram constantes, incluindo as despesas com os salários dos funcionários e as necessárias para a manutenção básica, como as referentes a água e energia. Isso pode ser uma demonstração de descaso frente a importância do trabalho realizado nesse locais no atendimento às pessoas com deficiência. Vale ressaltar que nesses momentos sempre era a sociedade que trazia o apoio necessário, por meio de

doações de todo o tipo, inclusive financeira. Essas doações advinham desde pessoa física até empresários de todo o porte, o que possibilitou inúmeras vezes a continuidade do serviço prestado.

Nesse período o que ficou de lembrança boa para os funcionários foi a união das pessoas em prol da questão da deficiência e o agradecimento das famílias num período que para ela era de muitas incertezas quanto a melhor forma de se conduzir o trabalho educacional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para Prost “Não existem fatos, nem histórias, sem um questionamento; neste caso, na construção da história, as questões ocupam uma posição decisiva” (PROST, 2008, p. 75). Nesse artigo, as questões foram compreender como se deu a fundação de uma instituição que foi uma das pioneiras da Educação Especial em Sergipe, porque sua fundadora decidiu enveredar por esse caminho e como era a prática pedagógica desenvolvida nessa instituição. Nesse sentido, aliado aos discursos presentes na fala da fundadora e algumas professores que trabalharam na instituição, buscou-se fazer uma breve análise da trajetória da Sociedade de Ensino e Reabilitação Azul e do seu trabalho pedagógico junto às pessoas com deficiência na cidade de Aracaju, estado de Sergipe.

Um ponto que merece destaque é que após análise do trabalho realizado na instituição pesquisada, verificou-se que a educação voltada para esses indivíduos tinha um caráter mais de socialização do que pela educação propriamente dita, apesar desta está presente em muitas atividades realizadas. Os problemas de ordem financeira foram os mais lembrados quando as maiores dificuldades no período eram questionadas, porém nas narrações colhidas o despreparo quanto ao conhecimento de práticas educacionais voltadas para as pessoas com deficiência eram sempre relatados, o que demonstra que essa questão causava preocupação por parte de quem trabalhava com esse público.

Compreende-se que não há como não reconhecer a importância dessas instituições para a educação de muitas pessoas com deficiência no estado de Sergipe, visto que a quase totalidade das escolas pública regulares não recebiam essa clientela. Mas, como “O

historiador nunca consegue exaurir completamente seus documentos, pode questioná-los de novo com outras questões ou levá-los a se exprimir com outros métodos” (PROST, 2008, p.77), a resposta dada aos questionamentos iniciais continua entreaberta, sendo que outros resultados novos ou complementares podem ser encontrados.

## **FONTES**

### **1.Entrevistas**

ALMEIDA, Maria da Conceição Santos de. 2019. Entrevistadora: Walna Patrícia de Oliveira Andrade. Aracaju. 20.04.2019.

CARVALHO, Carolyn Chase Freire de. 2019. Entrevistadora: Walna Patrícia de Oliveira Andrade. Aracaju. 23.04.2019.

OLIVEIRA, Lúcia Maria. 2019. Entrevistadora: Walna Patrícia de Oliveira Andrade. Aracaju. 28.04.2019.

### **2.Documentos Diversos**

SOCIEDADE DE ENSINO E REABILITAÇÃO ROSA AZUL. Regimento Interno da Sociedade de Ensino e Reabilitação Rosa Azul. 1979.

SOCIEDADE DE ENSINO E REABILITAÇÃO ROSA AZUL. Estatuto da Sociedade de Ensino e Reabilitação Rosa Azul. 1984.

SOCIEDADE DE ENSINO E REABILITAÇÃO ROSA AZUL. Livro de Atas da Sociedade de Ensino e Reabilitação Rosa Azul. 1987.

SOCIEDADE DE ENSINO E REABILITAÇÃO ROSA AZUL. Livro de Atas da Sociedade de Ensino e Reabilitação Rosa Azul. 1988.

SOCIEDADE DE ENSINO E REABILITAÇÃO ROSA AZUL. Relatório Circunstanciado das Atividades da Sociedade de Ensino e Reabilitação Rosa Azul. 1989.

### **3.Jornais**

DIÁRIO DE ARACAJU, Aracaju, 1980, 1981.

JORNAL DA EDUCAÇÃO- Boletim Informativo da SEED, Aracaju, 1988.

## **REFERÊNCIAS**

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do Deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

MENDONÇA, Ana Cláudia Sousa. **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)- Aracaju**: formação de professores e práticas educativas (1968- 1988). (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão- SE, 2017.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom & HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: Como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

PROST, Antoine. As questões do historiador. In: Prost, Antoine. **Doze lições sobre história**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SOUZA, Rita de Cássia Santos. **Educação Especial em Sergipe**: uma trajetória de descasos, lutas dores e conquistas. (Dissertação de Mestrado). UFS/São Cristóvão- SE, 2000.